



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3250-3669
- PROTOCOLO -

**NÃO INCIDÊNCIA DO ITBI – QUANDO EFETUADA PARA SUA
DESINCORPORAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE PESSOA JURÍDICA
A QUE FORAM CONFERIDOS**

Formulário XI

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

com domicílio à rua/av _____ nº
_____conjunto _____ bloco _____ Qd. _____ bairro
_____, Inscr. Cadastral Imobiliária _____ fone
_____ celular _____, brasileiro (a), estado
civil_____, nos termos do artigo 127, parágrafo único da Lei Complementar nº.
199 de 21 dezembro de 2004, que concede **NÃO INCIDÊNCIA DO ITBI – QUANDO
EFETUADA PARA SUA DESINCORPORAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE PESSOA
JURÍDICA A QUE FORAM CONFERIDOS**, vem requerer, respeitosamente a V. Sr.^a,
se digne outorgar-lhe a referida não incidência.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

Proprietário ou Responsável
CPF:

➤ Documentos Necessários

XI. NÃO INCIDÊNCIA DECORRENTE DE DESINCORPORAÇÃO DO PATRIMÔNIO QUE FORAM CONFERIDOS

- a) Requerimento específico;
- b) Alterações contratuais pertinentes à transação, nas quais figurem os registros das operações junto ao registro civil ou comercial, conforme o caso;
- c) Atos constitutivos, compostos de contrato ou estatuto sociais e última alteração, registrados no órgão competente ou lei de criação quando se tratar de órgão público;
- d) CNPJ;
- e) Cédula de identidade e do CPF do subscritor do requerimento, com poderes de representação da sociedade, conforme indicado nos respectivos atos constitutivos, quando se tratar de órgão público a portaria ou decreto que nomeia o representante;
- f) Certidão passada pelo oficial de registro civil das pessoas jurídicas ou pelo registro do comércio, conforme o caso, descrevendo a sucessão patrimonial decorrente da operação;
- g) Declaração do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativa ao ano da transação, no caso de imóvel rural;
- h) Certidão de inteiro teor;
- i) Taxa de abertura de processo, devidamente paga.

➤ OBS:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.